

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores em milhares de reais)				BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores em milhares de reais)						
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
		Legislação Societária				Legislação Societária				
		Nota	2017	2016	Nota	2017	2016			
CIRCULANTE				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
ATIVO				PASSIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa		4	4.092	5.206	Fornecedores	16	4.405	3.796		
Consumidores		5	11.477	10.816	Obrigações sociais e trabalhistas	17	845	713		
Concessionárias e permissionárias		6	57	46	Encargos de dívidas		2	23		
Subvenção CDE			534	0	Tributos	18	2.498	2.157		
Ativos financeiros setoriais		7	1.490	840	Dividendos e juros sobre o capital próprio		235	212		
Tributos compensáveis		8	722	685	Empréstimos e financiamentos	19	457	2.975		
Parcelamentos com órgãos públicos		9	1.216	978	Concessionárias e permissionárias de energia elétrica	20	1.514	1.165		
Serviços em curso		10	395	587	Obrigações estimadas com pessoal	17	604	577		
Outros ativos circulantes		11	581	609	Encargos setoriais	21	3.585	2.110		
Almoxarifado operacional			393	337	Passivos regulatórios	22	908	3.437		
Despesas pagas antecipadamente		12	79	61	Outros passivos circulantes		233	234		
Total do Ativo Circulante			21.035	20.165	Total do Passivo Circulante		15.285	17.399		
NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Tributos compensáveis		8	304	261	Empréstimos e financiamentos	19	368	552		
Cauções e depósitos vinculados			927	0	Provisão para litígios fiscais	23	5.223	3.208		
Parcelamento com órgãos públicos		9	1.525	2.071	Concessionárias e permissionárias de energia elétrica	20	815	1.631		
Adiantamento incentivos fiscais			12	12	Passivos financeiros setoriais	24	150	-		
Outros ativos não circulantes		13	1.668	1.668	Incentivos fiscais	25	118	118		
Ativos de geração em curso a receber		14	395	485	Outros passivos não circulantes		11	11		
Bens e direitos para uso futuro			1	1	Total do Passivo Não Circulante		6.686	5.520		
Ativo financeiro da concessão		15	2.680	2.645	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Intangível		15	29.042	27.499	Capital social	26	21.804	21.804		
Total do Ativo Não Circulante			36.553	34.641	Reservas de capital	26	6.718	6.665		
TOTAL DO ATIVO			57.588	54.806	Reservas de lucros	26	5.895	3.418		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				Recursos destinados a aumento de capital					1.200	-
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA						
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016				EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016						
(Valores em milhares de reais)				(Valores em milhares de reais)						
		Legislação Societária				Legislação Societária				
		Nota	2017	2016		2017	2016			
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais						
Fornecimento de energia elétrica		31	83.457	86.151	Recebimentos de consumidores	84.134	92.053			
encargos de conexão			198	-	Recebimento uso mútuo postes	294	255			
Outras receitas		31	5.198	5.136	Recebimento CCEE/Repasse CDE	3.831	5.488			
			88.854	91.287	Outros ingressos	2.871	1.352			
(-) Deduções da Receita Operacional Bruta				Caixa Gerado pelas operações						
ICMS			(21.789)	(23.680)	Pagamentos a fornecedores	(4.283)	(3.909)			
PIS			(963)	(956)	Pagamentos a pessoal	(9.596)	(9.508)			
COFINS			(4.445)	(4.411)	Pagamentos energia elétrica comprada	(30.098)	(31.685)			
ISS			(12)	(10)	Pagamentos outras despesas	(1.148)	(1.317)			
Bandeira tarifária			(2.339)	(1.236)	Caixa Gerado pelas operações	46.006	52.728			
Taxa de fiscalização			(91)	(105)	Juros pagos	(394)	(853)			
Conta de desenvolvimento energético - CDE			(5.799)	(6.776)	Tributos	(27.332)	(31.637)			
Pesquisa desenvolvimento e eficiência energética			(482)	(480)	Taxas regulamentares	(8.011)	(8.266)			
			(35.920)	(37.656)	Recolhimento contribuições do consumidor-CIP	(2.488)	(2.549)			
Receita Operacional Líquida		31	52.934	53.631	Fluxo de Caixa antes item extraordinário	(38.225)	(43.306)			
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				Caixa líquido gerado nas atividades operacionais						
Custo com Energia Elétrica						7.781	9.423			
Energia elétrica comprada para revenda		33	(30.496)	(32.046)	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos					
Encargos de conexão, transmissão e distribuição			(729)	(338)	Compra do ativo imobilizado	(3.507)	(3.040)			
Custo de Operação					Juros recebidos	0	11			
Pessoal e administradores			(9.187)	(8.937)	Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos					
Materiais			(1.077)	(973)		(3.507)	(3.029)			
Serviço de terceiros			(4.136)	(3.542)	Fluxo de Caixa das Atividades Financeiras					
Depreciação e amortização			(2.449)	(2.055)	Aplicações financeiras	927	-			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa			(129)	(112)	Recebido por empréstimos e financiamentos	200	5			
Outras despesas		34	(1.296)	(829)	Amortização de empréstimos e financiamento	(3.395)	(3.814)			
			(18.274)	(16.449)	Dividendos/juros s/capital próprio	(1.266)	(1.167)			
LUCRO OPERACIONAL BRUTO			3.435	4.799	Caixa líquido consumido nas atividades financeiras	(5.389)	(4.976)			
Receita de construção da infraestrutura da concessão		36	3.219	3.286	Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa					
Despesa de construção da infraestrutura da concessão		36	(3.219)	(3.286)	- Saldo das disponibilidades no início do exercício	5.206	3.788			
Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas			(34)	(226)	- Saldo das disponibilidades no fim do exercício	4.092	5.206			
RESULTADO DO SERVIÇO			3.401	4.574	Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa					
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA		37				(1.114)	1.418			
Receita financeira			1.578	1.501	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
Despesa financeira			(691)	(1.233)						
			887	268						
RESULTADO OPERACIONAL			4.288	4.842						
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA			4.288	4.842						
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			(413)	(449)						
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA			3.875	4.392						
IMPOSTO DE RENDA			(1.123)	(1.124)						
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES			2.752	3.168						
DEDUÇÕES AO LUCRO DO EXERCÍCIO:										
Participações		30	(138)	(130)						
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO			2.614	3.038						
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			2.614	3.038						
LUCRO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL -R\$			0,8597	0,99907						
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras						

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores em milhares de reais)
Legislação Societária**

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	REMUNERAÇÃO CAPITAL PRÓPRIO	AÇÕES EM TESOURARIA	ÁGIO NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA INVESTIMENTOS	RECURSOS P/ AUMENTO CAPITAL ACUMULADOS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
EM 31 DE DEZEMBRO 2015	21.804	590	(14)	1.787	3.647	166	2.036	0	0	30.016
Remuneração sobre o Capital Próprio	-	68	-	-	-	-	-	-	-	68
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	3.038	3.038
Destinação do Lucro:										
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.249)	(1.249)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	123	-	-	123	-
Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	-	1.093	-	(1.093)	-
Reserva Incentivos Fiscais	-	-	-	-	573	-	-	-	(573)	-
Realização de Ações Próprias em Tesouraria	-	-	14	-	-	-	-	-	-	14
EM 31 DE DEZEMBRO 2016	21.804	658	0	1.787	4.220	289	3.129	0	0	31.887
Remuneração sobre o Capital Próprio	-	53	-	-	-	-	-	-	-	53
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.614	2.614
Destinação do Lucro:										
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.367)	(1.367)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	131	-	-	131	-
Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	-	2.346	-	(1.117)	77
Reserva Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	1.200	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2017	21.804	711	0	1.787	4.220	420	5.475	1.200	0	35.616

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores em milhares de reais)**

	2017	2016
Receitas de vendas de energia e serviços	88.854	91.287
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(129)	(112)
Outras receitas (despesas) operacionais	(34)	(226)
	88.690	90.949
(-) INSUMOS		
Custo da energia comprada	(31.225)	(32.383)
Materiais e serviço de terceiros	(5.213)	(4.515)
Outros gastos operacionais	(1.256)	(805)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(37.694)	(37.703)
(=) Valor Adicionado Bruto	50.997	53.246
(-) Depreciação e Amortização	(2.449)	(2.055)
(=) Valor Adicionado Líquido Gerado	48.548	51.191
Receitas financeiras	1.578	1.501
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	50.126	52.692
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Empregados e Administração:		
Remunerações	5.510	5.446
Encargos sociais (exceto INSS)	443	436
Auxílio alimentação	977	961
Convênio assistencial e outros benefícios	445	399
Participação nos resultados	444	336
GOVERNOS		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	21.789	23.680
PIS/COFINS	5.408	5.368
INSS (sobre folha de pagamento)	1.505	1.489
Imposto de renda e contribuição social	1.536	1.674
Encargos do consumidor	8.711	8.598
Outros impostos, taxas e contribuições	12	10
	38.961	40.819
Juros e variações monetárias	691	1.233
Aluguéis	41	24
Financiadores	731	1.257
Dividendos e participações	1.367	1.379
Lucros retidos	1.248	1.659
Acionistas	2.614	3.038
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	50.126	52.692

**COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP
CNPJ Nº 01.377.555/0001-10**

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SOCIETÁRIAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2017 e 31.12.2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica. Atividade esta, regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A sede social da Companhia está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 618, na Cidade de Ceres, Estado de Goiás - CEP 76.300-000. Conforme determinado no Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia, de 9 de novembro de 2015, a Companhia assinou em 9 de dezembro de 2015 o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 44/1999-ANEEL, vencido em 7 de julho de 2015. A Companhia teve prorrogado o prazo para exploração de sua atividade por mais 30 anos, com vencimento para 7 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com a Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e do Decreto nº 8.461 de 2 de junho de 2015 que estabeleceu as condições para a prorrogação referente aos critérios operacionais e econômico-financeiros. O novo aditivo exigiu da Companhia o atendimento aos seguintes critérios: (i) eficiência com relação à qualidade do serviço prestado; (ii) eficiência com relação à gestão econômico-financeira; (iii) racionalidade operacional e econômica; e (iv) modicidade tarifária. O alcance dos referidos indicadores será monitorado pela Agência Reguladora - ANEEL, podendo haver a abertura de processo administrativo na eventualidade de não atingimento das metas. A área de concessão da Companhia contempla os municípios de: Carmo do Rio Verde, Ceres, Ipiranga de Goiás, Jaraguá (parte, conforme Resolução ANEEL Nº 049/1999), Nova Glória, Rialma, Rianópolis, Santa Isabel, São Patrício e Uruana, todos pertencentes a microrregião denominada Vale do São Patrício, no Médio Norte Goiano, e que conta com uma população de cerca de 80 mil habitantes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, conjugadas com a Legislação específica aplicável as Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota 3. Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e em quadros suplementares em atendimento às instruções



contidas no Despacho nº 4.356-SFF/ANEEL, de 22/12/2017. Adicionalmente, a Companhia apresenta os demonstrativos contábeis com acréscimos de informações e notas explicativas que permitem uma melhor análise, corroborando, assim, com o intuito das Normas Setoriais, no que se refere à transparência e clareza das informações.

As demonstrações contábeis regulatórias e societárias auditadas estarão disponíveis no site www.chesp.com.br a partir de 30 de abril de 2018.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela administração em 20/03/2018.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representadas pelo saldo de caixa, depósitos em banco e aplicações financeiras de curto prazo. O saldo de aplicações financeiras está demonstrado pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e não faturado até a data do balanço, líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, contabilizadas com base no regime de competência e incluem os impostos diretos de responsabilidade da Companhia.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Constituída em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber (Nota 5).

d) Almojarifado Operacional

Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almojarifado de manutenção e administrativo) classificados no ativo circulante, registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo os custos de reposição ou valores de realização.

e) Receitas de Fornecimento de Energia Elétrica

Receita de venda de energia: reconhecida pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

Receita não faturada: correspondente a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia é consumida.

f) Despesas pagas antecipadamente

Estão representadas por valores relativos a prêmio de seguros.

g) Ativo Imobilizado e Depreciação

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, corrigidos monetariamente até 31/12/1995, e estão deduzidos da depreciação acumulada.

A Depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas UC - Unidades de Cadastro e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta Resolução.

h) Redução ao Valor Recuperável

Os ativos imobilizados intangíveis de vida útil definida e diferidos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

i) Empréstimos e Financiamentos

As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, representadas pelo valor principal da dívida, acrescidas de juros e encargos financeiros incorridos até a data de encerramento do balanço.

j) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a média proporcional do consumo do último período de medição. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

k) Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

l) Outros Direitos e Obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Componente	2017	2016
Aplicações no mercado aberto	2.204	4.164
Contas bancárias à vista	1.016	553
Numerário em trânsito e caixa	872	489
Total	4.092	5.206

Contas Bancárias à Vista, Numerário em Trânsito e Caixa: as disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

Aplicações no Mercado Aberto: estão apresentadas basicamente por saldos mantidos em aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando essa última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

NOTA 5 - CONSUMIDORES

5.1 - Desempenho operacional

Em 2017 foram totalizadas 36.250 unidades consumidoras faturadas, número 1,57% superior ao de 2016 conforme demonstrado a seguir:

Classe de consumo	2017	2016	2015	2014	2013
Residencial	27.949	27.532	26.935	26.181	25.450
Industrial	84	89	92	93	210
Comercial	3.047	3.026	2.974	2.983	2.784
Rural	4.611	4.500	4.426	4.304	4.274
Demais classes	559	541	530	547	545
Total	36.250	35.688	34.957	34.108	33.263

A CHESP registrou um crescimento da ordem de 1,27% em seu mercado consumidor, fornecendo 116.907 MWh de energia elétrica em 2017 (115.441 MWh em 2016). A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação:

Classe de consumo	2017	2016	2015	2014	2013
Residencial	45.078	43.324	42.083	41.215	38.540
Industrial	14.183	13.440	14.349	15.727	14.935
Comercio e serviços	21.289	20.447	20.655	20.051	18.908
Rural	16.820	18.208	17.627	17.527	16.314
Poder Público	5.851	5.618	5.537	5.543	5.186
Iluminação Pública	8.895	9.518	9.371	9.256	8.901
Serviço Público	4.583	4.662	4.498	4.565	4.633
Consumo próprio	208	224	223	206	193
Total	116.907	115.441	114.343	114.090	107.610
Variação %	1,27%	0,96%	0,22%	6,02%	5,97%

Consumidores - circulante

Fornecimento	2017	2016
Faturado	7.218	6.560
Não faturado	3.186	2.957
Parcelamentos a receber	727	963
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(4)	(41)
Serviços cobráveis	30	41
Juros e multas s/faturas a receber	145	151
Outros créditos/débitos	175	185
Total	11.477	10.816

Consumidores - Contas a receber

Classe de consumo	Valores Correntes			Renegociados		Total	
	Vincendos	Vencidos	PCLD	A receber	PCLD	2017	2016
Residencial	644	1.722	(105)	50	(5)	2.306	1.958
Residencial Baixa Renda	30	94	-	-	-	124	139
Industrial	301	809	(9)	50	-	1.151	1.287
Comércio e serviços	256	665	(42)	204	-	1.083	1.059
Rural	147	501	(17)	28	(2)	657	558
Poder Público	312	504	(25)	157	-	948	1.052
Iluminação Pública	347	967	-	252	-	1.566	1.289
Serviço Público	93	-	-	-	-	93	94
Subtotal	2.130	5.262	(198)	741	(7)	7.928	7.436
Fornecimento não faturado	3.186	-	-	-	-	3.186	2.957
Serviço Taxado/Diversos	71	298	(2)	-	-	367	464
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(1)	(3)	-	-	-	(4)	(41)
Total	5.386	5.557	(200)	741	(7)	11.477	10.816

Os valores correntes de fornecimento faturado possuem a seguinte abertura:

Consumidor classe	A vencer	Vencidas	Vencidas	Vencidas	Vencidas	Total	
	Até 60 dias (Faturado)	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	de 360 dias acima	2017	2016
Residencial	644	1.578	22	27	35	2.306	1.958
Residencial Baixa Renda	30	91	1	1	1	124	139
Industrial	301	68	3	57	722	1.151	1.287
Comércio e serviços	256	567	9	33	218	1.083	1.059
Rural	147	463	18	4	25	657	558
Poder Público	312	304	50	107	175	948	1.052
Iluminação Pública	347	477	186	119	437	1.566	1.289
Serviço Público	93	-	-	-	-	93	94
Serviço Taxado /Diversos	71	229	13	43	11	367	464
Compensação financeira DIC /FIC/DMIC	(1)	(1)	-	(1)	(1)	(4)	(41)
Total	2.200	3.776	302	390	1.623	8.291	7.859

(a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída de acordo com critérios constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumida:

. Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

. Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias;

. Consumidores industriais, rurais, e outros, vencidos há mais de 360 dias.

A administração entende que a provisão constituída é adequada para fazer frente às prováveis perdas na realização desses créditos.



NOTA 6 – CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Componentes	2017	2016
Encargos de uso da rede elétrica	24	9
Outros créditos - reembolso de gastos operacionais	31	37
Total	55	46

NOTA 7 – ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Componentes	Saldo 31/12/16	Adição	Amortização	Saldo 31/12/17	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
CVA - Ativa	402	3.366	(2.278)	1.490	10	1.480	1.490
CVA - Energia comprada	129	3.352	(2.005)	1.476	-	1.476	1.476
CVA - PROINFRA	250	3	(250)	3	-	3	3
CVA - CDE	23	11	(23)	11	10	1	11
Demais Ativos Financeiros Setoriais	438	4.534	(4.438)	534	-	534	534
CDE descontos tarifários	325	3.927	(3.831)	421	-	421	421
Diferença mensal de receita Baixa Renda	113	607	(607)	113	-	113	113
Total	840	7.900	(6.716)	2.024	10	2.014	2.024

NOTA 8 – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS s/Compras para Ativo Fixo a recuperar em até 48 parcelas	221	304	200	261
Imposto de renda e contribuição social	39	-	35	-
Antecipação Lei 12996/2014	450	-	450	-
Outros	12	-	-	-
Total	722	304	685	261

NOTA 9 – PARCELAMENTOS COM ORGÃOS PÚBLICOS

Orgão	Amortização	2017		2016	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Verde	03/13 a 02/18	38	-	93	11
Prefeitura Municipal de Carmo Rio Verde - Parcelamento/16	12/16 a 03/21	255	344	275	497
Prefeitura Municipal de Uruana	03/13 a 02/19	43	3	43	40
Prefeitura Municipal de Rialma - Parcelamento 2016	12/16 a 11/21	231	561	198	775
Prefeitura Municipal de Nova Glória	11/16 a 02/20	326	190	163	353
Prefeitura Municipal de Ceres - Parcelamento 2014	12/14 a 11/19	206	189	206	395
Prefeitura Municipal de Ceres - Parcelamento 2017	04/17 a 12/20	85	193	-	-
Prefeitura Municipal de Ipiranga	09/17 a 08/20	29	45	-	-
Total		1.213	1.525	978	2.071

Prefeitura de Carmo Rio Verde

- Parcelamento autorizado pela Lei Municipal nº 1.015/05 de 16 de junho de 2005, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica referentes ao período de junho de 2000 a dezembro de 2004.

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidos em 2010, 2011 e 2012;

Prefeitura de Carmo Rio Verde - Parcelamento 2016

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidos no período de abril de 2016 e janeiro de 2017;

Prefeitura de Uruana

- Parcelamento autorizado pela Lei Municipal nº 996/2006 de 10 de maio de 2006, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica (R\$ 151) referentes ao período de abril a junho de 2004 e Termo de Convênio Reluz (R\$ 90);

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidas em 2010, 2011 e 2012;

Prefeitura de Rialma - Parcelamento 2016

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, homologado judicialmente por meio do Processo 201602998293, comarca de Rialma-GO, corresponde a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, iluminação pública e Secretária municipal de saúde vencidas no período de maio de 2015 a julho de 2016;

Prefeitura de Nova Glória

- Parcelamento autorizado pela Lei municipal nº 1.701 de 13 de outubro de 2016, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, iluminação pública e Secretária municipal de saúde vencidas no período de agosto a outubro de 2016;

Prefeitura de Ceres - Parcelamento 2014

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica referente ao período de maio de 2008 a março de 2009 e outubro de 2010 a maio de 2011;

Prefeitura de Ceres - Parcelamento 2017

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, Secretaria de saúde e Secretaria de educação vencidas entre junho de 2016 e janeiro de 2017;

Prefeitura de Ipiranga

- Contrato de confissão de dívida e compromisso de pagamento nº 221/2017, autorizado pela Lei Municipal nº 220/2017 de 20 de setembro de 2017, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos e iluminação pública vencidas no período de 06/05/2016 e 06/01/2017.

NOTA 10 – SERVIÇOS EM CURSO

Componentes	2017	2016
- Serviço Próprio	384	579
ODS Serviço Próprio	96	360
ODS Aplicação de Recursos Plano Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	288	219
ODS - Serviço Terceiros	11	8
- Total	395	587

Estão representados pelos seus custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo imobilizado ou para custos dos serviços prestados a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços.

NOTA 11 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Componentes	2017	2016
Título de Capitalização/Cheque em cobrança especial	6	4
Adiantamento a empregados/fornecedores	140	147
Energia Elétrica (Reserva/PDD)/Agentes Arrecada-dores/Termo confissão dívida	72	71
Partes relacionadas	91	158
Fornecedores Proinfra/adiantamento	76	84
Prefeituras Municipais	59	37
Fatura aluguel de postes	48	24
Desativação em curso	36	55
Parcelamento de créditos a receber de consumi-dores	-	18
Outros	53	11
Total	581	609

NOTA 12 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Despesas	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prêmios e Seguros	78	-	60	-
Fornecedores	1	-	1	-
Total	79	-	61	-

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

Valores a receber de acionistas pela transferência do estudo e projeto do aproveitamento de geração do rio do Peixe, denominado Columbi.

NOTA 14 – ATIVOS DE GERAÇÃO A RECEBER

Valores a receber da empresa Companhia São Patrício de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CSP - G&T referente a investimentos realizados na instalação de novos equipamentos e reforma de itens de turbina e geradores da PCH Cachoeira do Lavrinha, conforme transferência do Contrato de Concessão nº 43/1999.

**NOTA 15 – ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO E ATIVO INTANGÍVEL DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO**

Os ativos financeiros indenizáveis referem-se à parcela não amortizada, até o final de concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos, não amortizados, serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão, o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade do serviço concedido, e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

Componente	2017	2016
Ativo Financeiro	2.680	2.645
Ativo Intangível	29.042	27.499
Total	31.722	30.144

Ativos Intangíveis

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. De consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (Contratos de Concessão) e OCPC 05 (Contratos de Concessão), os Contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão.

Direito de concessão (infraestrutura)		2017	2016
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço	66.788	(28.813)	37.975
Em curso	2.680	-	2.680
Subtotal	69.468	(28.813)	40.655
(-) Obrigações especiais	(13.737)	4.804	(8.933)
Total do intangível	55.731	(24.009)	31.722

Obrigações Especiais vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (não remuneradas)

Representam as contribuições da União, do Estado, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica anulando os efeitos no resultado contábil, conforme determina o Despacho nº 3.073/2006 e Resolução Normativa ANEEL nº 234 de 31 de dezembro de 2006. O prazo de vencimento dessas obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de Geração, Transmissão e Distribuição, e sua quitação ocorrerá ao final da concessão. Estes valores estão apresentados em conta redutora do saldo do ativo imobilizado na distribuição.

NOTA 19 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

CREDORES	Juros% aa/am	Encargos de dívidas	2017		2016		
			Principal		Principal		
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Moeda Nacional							
CCB - Capital Giro CEF - 0825127670000005/49	18,0 aa	-	-	-	22	1.714	-
CEF - Contr. 714-000001-82	5,5 aa	-	-	-	-	111	-
CEF-Cartão BNDES	10,0aa	-	15	-	-	57	14
Eletrobrás-Contr.ECFS205/2007	5,0 aa	-	45	70	-	44	115
CCB-Bradesco Financ.Veículo 3050646-8 - Cam Volvo	12,0aa	1	41	54	1	41	95
Eletrobrás-Contr.ECFS152/2006	5,0 aa	-	28	-	-	38	28
BB CRED FIXO 045.808.810	19,14 aa	2	183	-	-	-	-
Eletrobrás-Contr.ECF262/2009	5,0 aa	-	31	86	-	31	117
Eletrobrás-Contr.ECF0321/2011	5,0aa	-	23	118	-	23	141
BCO VW AMAROK NF449015	24,56aa	-	25	31	-	22	-
CDC-Bradesco Financ.Veículo 3004061-2	16,90aa	-	19	6	-	19	25
BCO VW SAVEIRO NF136644	21,11aa	-	13	1	-	-	-
BCO VW SAVEIRO NF133756	22,48aa	-	18	2	-	-	-
CÉDULA CREDITO CEF 08.1298.653.0000004/83	1,7am	-	-	-	-	15	-
Banco VW Contrato 38067244	23,28aa	-	13	-	-	13	13
Banco VW Contrato 35128986	19,14aa	-	3	-	-	9	3
Mútuo Ricardo Pina Martin	1,4am	-	-	-	-	465	-
Mútuo Maria Cristina P Martin	1,4am	-	-	-	-	373	-
Total		3	457	368	23	2.975	552

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos das parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante da Companhia tinham os seguintes vencimentos:

Obrigações especiais	2017	2016
Participação da União	102	102
Participação do Estado	712	712
Participação dos Municípios	257	257
Participação do Consumidor	9.228	8.620
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	3.438	3.438
(-) Participações e Doações - Reintegração Acumulada	(4.804)	(3.951)
TOTAL	8.933	9.178

A Resolução ANEEL nº 223 de 29 de abril de 2003, que estabelece as condições gerais para elaboração do Plano de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, e regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438 de 26 de junho de 2002, atribui estas responsabilidades às concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tal fato já tem diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores acima citados.

NOTA 16 – FORNECEDORES

Fornecedores	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fornecedor de energia elétrica	3.768	-	3.110	-
Materiais e serviços	637	-	686	-
Total	4.405	-	3.796	-

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Componentes	2017	2016
Folha de pagamento líquida	282	266
Tributos retidos na fonte	108	101
Participações nos lucros e resultados	452	342
Outras	3	4
Total	845	713

Obrigações estimadas com pessoal

	2017	2016
Provisão de férias e encargos sociais	604	577
- Total	604	577

NOTA 18 – TRIBUTOS

Impostos e Contribuições	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS	1.799	-	1.654	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	90	-	68	-
INSS	142	-	138	-
PIS/COFINS	383	-	215	-
Outros	84	-	82	-
Total	2.498	-	2.157	-



Componente	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Valor da amortização anual	173	100	48	23	24	-	368
INDEXADOR			TJLP		RGR	Outros	T O T A L
%			25,4		48,6	26,0	100

Operação	Aplicação	Encargos	Atualização	Período Amortização	R\$ Mil
BB CRED FIXO 045.808.810	Capital de giro	19,14@aa	Outros	12/2017 a 11/2018	183
Eletróbrás-ECFS-0321/2011	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	01/2014 a 12/2023	141
Eletróbrás-ECFS-205/2007	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	07/2010 a 06/2020	115
Eletróbrás-ECF262/2009	Programa Reluz	5,0%aa	RGR	06/2011 a 08/2021	117
CCB-BBD-Contr.3050646-8	Financiamento veículo	12,00%aa	TJLP	12/2016 a 05/2020	95
Eletróbrás-ECFS-152/2006	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	10/2008 a 09/2018	28
CDC-BBD Contr. 3004061-2	Financiamento veículo	16,90%aa	Outros	08/2014 a 04/2019	25
BCO VW SAVEIRO NF136644	Financiamento veículo	21,11%aa	Outros	02/2017 a 01/2019	15
Banco VW Contrato 38067244	Financiamento veículo	23,28%aa	Outros	01/2017 a 12/2018	13

Mutações de Empréstimos e Financiamentos				Credora		2017		2016	
	Circulante	Não circulante		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31/12/2015	3.355	3.761							
Ingressos/Capitalizações	345	128							
Amortização	(3.657)	(406)							
Transferências	2.932	(2.932)							
Saldo em 31/12/2016	2.975	552							
Ingressos/Capitalizações	311	81							
Amortização	(2.983)	-							
Transferências	154	(265)							
Saldo em 31/12/2017	457	368							

Ingressos/Capitalizações: referem-se a financiamento de veículos adquiridos em 2017 (R\$ mil 137), capital de giro (R\$ mil 208) e capitalização de juros de contrato de mútuo (R\$ mil 47) destinados a capital de giro da companhia, anuído pela ANEEL pelo Despacho 2.357/2015.

NOTA 20 – CONCESSIONARIAS E PERMISSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA
Referem-se à incorporação na base de remuneração da CHESP a Subestação Rialma (69/34,5kV), conforme Despacho ANEEL/SFF nº 2.578, de 16 de agosto de 2012, que anuiu com a desvinculação e alienação pela CELG-D à CHESP.

NOTA 22 – PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS
A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Componentes	Saldo 31/12/16	Adição	Amortização	Saldo 31/12/17	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
CVA - Passiva	1.353	3.026	(3.471)	908	293	615	908
CVA - Energia comprada	360	1.806	(1.563)	603	166	437	603
CVA - PROINFA	4	-	(16)	(12)	-	(12)	(12)
CVA - CDE	989	1.093	(1.892)	190	-	190	190
CVA - Risco hidrológico projetado	-	127	-	127	127	-	127
Demais Passivos Financeiros Setoriais	2.084	-	(2.084)	-	-	-	-
Bandeira tarifária	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade	340	-	340	-	-	-	-
Itens Financeiros/Devoluções tarifárias	1.744	-	1.744	-	-	-	-
Total	3.437	3.026	(5.555)	908	293	615	908

NOTA 23 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS FISCAIS
Fiscais: PIS/COFINS - Refere-se à retenção com base em decisão liminar com mandado de segurança em Ação Judicial junto a Vara da Justiça Federal em Anápolis-GO, Processo: 1000013-59.2015.4.01.3502, cujo objeto é afastar a cobrança do PIS/COFINS sobre ICMS faturado nas contas de energia.

Componente	2017	2016
	Não circulante	Não circulante
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	150	-

São valores faturados de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos e que na próxima revisão tarifária contribuirão com a modicidade tarifária.

NOTA 24 - PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS
São incentivos oferecidos pelo Governo de Goiás por meio da Lei nº 13.591 de 18 de janeiro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.265 de 31 de julho de 2000. Com o objetivo específico de contribuir para a expansão da atividade de geração de energia elétrica na PCH São Patrício. O saldo desse incentivo está assim constituído:

Componentes	2017	2016
Incentivos apurados no período de Out/11 a Set/12	98	98
Incentivos apurados no período de Out/12 a Dez/12	20	20
Saldo de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro	118	118

A Companhia recolheu, a título de antecipação do Projeto Produzir, 10% sobre o saldo financiado pelo Governo estadual. De acordo com a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, os valores realizados por ocasião desse tipo de incentivo, devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício da Companhia.

NOTA 26 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	2017			2016		
	Quantidade de ações	Valor da Ação R\$	Capital Social	Quantidade de ações	Valor da Ação R\$	Capital Social
Ações ordinárias	3.040.982	7,17	21.804	3.040.982	7,17	21.804
Total	3.040.982	-	21.804	3.040.982	-	21.804

Em 31 de dezembro de 2017 o valor patrimonial de cada ação (PL/Quantidade de Ações) era de R\$11,71 (2016- R\$ 10,48).

Credora	2017		2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
CELG Distribuição S/A – CELG "D"	1.514	815	1.165	1.631
NOTA 21 – ENCARGOS SETORIAIS				
Encargos			2017	2016
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE			473	557
Taxa de Fiscalização			8	7
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética - a aplicar			1.810	1.408
Bandeira Tarifária			1.294	138
Total			3.585	2.110

PEE e P&D: A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa Selic, conforme as Resoluções Aneel nº, 300/2008 e 316/2008.

Reservas de Capital	2017	2016
Ágio na subscrição de ações	1.787	1.787
Remunerações sobre o capital próprio	711	658
Reserva de Incentivos Fiscais	4.220	4.220
Total	6.718	6.665

Reservas de Lucros	2017	2016
Reserva legal	420	290
Reserva para investimentos	5.475	3.128
Adiantamento para aumento capital social	1.200	-
Total	7.095	3.418

A Reserva Legal foi constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social. A Administração da Companhia encaminhará proposta para transferência de R\$ mil2.346 da conta de Lucros Acumulados para a conta de Reserva para Investimentos para fazer frente às necessidades de investimentos com recursos próprios.

NOTA 27 – PARTES RELACIONADAS				
Serviços	2017		2016	
	Passivo	Faturado	Passivo	Faturado
Serviços de manutenção e conservação no sistema elétrico resultado	52	1.258	79	1.231
Serviços prestados em Ordens de Imobilizações – ODI's - investimentos	50	840	19	563
Serviços prestados em Ordens de Desativações – ODD's - baixas	7	120	2	83
Serviços prestados em Ordens de Serviço – ODS's - resultado	10	236	3	81
TOTAL	119	2.454	103	1.958

As transações com partes relacionadas compreendem valores pagos e a pagar a empresa Engenharia São Patrício Ltda - ENGESP, pelos serviços contratados pela Companhia e referem-se a serviços em recuperação de redes de distribuição e subestações rurais, serviços em linha viva em redes de distribuição urbanas, serviços em construções de redes de distribuição urbanas e rurais, serviços em redes de sub transmissão alta tensão - AT em 69kV, serviços de limpeza de faixa de redes rurais e poda de arvores urbanas, leitura de medidores em unidades consumidoras rurais, serviços gerais em portarias



de prédios, limpeza e conservação e operação remota de subestações de distribuição, com preços e condições semelhantes ou menores do que os praticados usualmente pelo mercado, contrato anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 951 de 04 de abril de 2017, assim registrados:

Passivo: refere-se a valores a pagar à ENGESP em 31 de dezembro de 2017.
Faturado: refere-se a faturamento bruto contabilizado em contas de resultado, investimentos e baixas

NOTA 28 – DIVIDENDOS/JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do Lucro Líquido anual seja distribuído à título de dividendos

NOTA 30 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia reconheceu no resultado do exercício R\$ 314 mil para empregados a título de Programa de Participação nos Resultados - PPR e R\$ 138 mil para diretores (2016 - R\$ 213 mil e R\$ 130 mil respectivamente).

NOTA 31 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA FORNECIMENTO FATURADO

CLASSE	Nº de Consumidores em 31.12		MWh		Receita	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Residencial	27.949	27.532	45.078	43.324	36.132	37.692
Industrial	84	89	14.183	13.440	8.084	9.427
Comércio e serviços	3.047	3.026	21.289	20.447	16.795	18.103
Rural	4.611	4.500	16.820	18.208	7.932	8.920
Poder Público	451	433	5.851	5.618	4.254	4.690
Iluminação Pública	31	31	8.895	9.518	3.957	4.493
Serviço Público	66	66	4.583	4.662	2.584	3.143
Consumo Próprio	11	11	208	224	-	-
(=) Fornecimento Faturado	36.250	35.688	116.907	115.441	79.738	86.468
Fornecimento Não Faturado					229	(317)
Fornecimento de energia elétrica	36.250	35.688	116.907	115.441	79.967	86.151
Descontos Tarifários e Equilíbrio da Redução Tarifária - aportes CDE					3.927	4.290
Subsídio Baixa Renda					604	658
Encargos de conexão de agentes de geração					198	52
Renda da prestação de serviço					511	197
Serviço taxado					158	167
Arrendamento e aluguéis					318	279
Realização de incentivos fiscais					-	573
CVA ativa/passiva e demais passivos regulatórios					3.490	(1.331)
Fornecimento diferimento ou devoluções					(328)	
Outras receitas					9	251
Outras receitas operacionais					8.887	5.136
Total da receita operacional bruta					88.854	91.287
Deduções da receita operacional						
ICMS					(21.789)	(23.680)
PIS					(963)	(956)
COFINS					(4.445)	(4.411)
ISS					(12)	(10)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(5.799)	(6.776)
Programa de P&D e eficiência energética					(482)	(481)
Bandeira tarifária					(2.339)	(1.237)
Taxa de fiscalização					(91)	(105)
Total					(35.920)	(37.656)
Receita operacional líquida					52.934	53.631

*crescimento de mercado de 1,27% no ano

Aportes CDE - As subvenções recebidas via aporte CDE, referem-se à compensação de descontos concedidos e despesas já incorridas com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras.

NOTA 32 – ENCARGOS SETORIAIS

Componentes	2017	2016
Conta de desenvolvimento energético – CDE	5.799	6.776
Taxa de fiscalização – ANEEL	91	105
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	482	480
Proinfra	877	940
Bandeira tarifária	2.339	1.236
Total	9.588	9.537

NOTA 33 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

Em 31/07/2017 a CHESP deixou de ser suprida pela Companhia Energética de Goiás - CELG-D e passou a comprar energia da COPEL Geração e Transmissão S/A. Como consequência de estar operando diretamente no mercado, passou a receber de forma direta a energia compulsória das seguintes fontes: Itaipu, Eletronuclear, Cotas de Garantias Físicas. Por questões contratuais a COPEL fornece a energia complementar para propiciar o atendimento a totalidade do mercado da CHESP.

Componentes	MWh		Reais mil	
	2017	2016	2017	2016
CELG Distribuição S/A	75.602	127.525	18.532	31.106
COPEL Geração e Transmissão S/A	30.853	-	4.475	-
Cotas de Garantias Físicas / Recon-				
tabilização	14.760	-	4.436	-
Eletronuclear - Cotas demanda Itaipu	9.073	-	1.805	-
Eletronuclear - Cotas de energia nuclear - Angra	1.647	-	371	-
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	2.938	2.870	877	940
Encargos de conexão, transmissão e distribuição	-	-	729	338
Total	134.873	130.395	31.225	32.384

NOTA 34 – OUTRAS DESPESAS

Componentes	2017	2016
Arrendamento e aluguéis	41	24
Seguros	68	74
Tributos	114	125
(-) Recuperação de despesa	(213)	(372)
Taxa arrecadação	460	459
Custo campanha medidas	338	-
Custo baixa obras canceladas	-	61
Transgressões DIC/FIC/DMIC	61	155
Penalidade contratuais e regulatórias	122	-
Mensalidades associativas	17	15
Custeio conselho de consumidores	21	12
Consumo próprio energia elétrica	173	202
Indenizações por perdas e danos	-	17
Outras	94	57
Total	1.296	829

NOTA 35 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Componentes	2017	2016
Ganhos na alienação de bens e direitos	120	46
Perdas na desativação de bens e direitos	(154)	(271)
Total	(34)	(225)

NOTA 36 – RECEITA/DESPESA DE CONSTRUÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA CONCESSÃO

Componentes	2017	2016
Receita de construção da infraestrutura da concessão	3.219	3.286
Despesa de construção da infraestrutura da concessão	(3.219)	(3.286)
Refere-se a receitas e custos com construção da infraestrutura adicionada ao ativo imobilizado em serviço em 2017 e 2016.		



NOTA 37 - RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	2017	2016
Var Monet e Acréscimo moratório energia vendida	967	1,085
Renda de aplicação financeira	316	326
Receita financeira de precatório	198	-
Atualização de Ativos Regulatórios	45	-
Transgressão DIC/FIC/DMIC	57	35
Outras receitas financeiras	(5)	55
Total	1.578	1.501

Despesas Financeiras	2017	2016
Encargos das dívidas de curto prazo - Empréstimos e Financiamentos	173	544
Encargos das dívidas de curto prazo - Juros	79	285
Multas sobre impostos e contribuições sociais	7	111
Varição monetária de passivos regulatórios	196	140
Juros e variação monetária incorporação SE/Rialma	172	-
Multas: agências reguladoras e órgãos federais	-	32
Outras despesas financeiras	64	121
Total	691	1.233
RESULTADO	887	268

Os encargos financeiros, distribuídos por macroatividades, estão apropriados no resultado e parcialmente no imobilizado em curso em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.19 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996.

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, os custos dos empréstimos estão sendo apresentados como ativos imobilizados, conforme orientação do Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

NOTA 38 - SEGUROS

A Companhia mantém cobertura securitária da frota, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros cobertura de danos pessoais e ou materiais incorridos;

Seguradora	Risco	Vigência	Importância Segurada	Prêmio
BB Seguros	Apólice 389757926464731 -Cobertura compreensiva	28/12/17 a 28/12/18	Tabela FIPE	92

NOTA 39 - ASPECTOS REGULATÓRIOS

I) Reajuste Tarifário Anual - RTA - 2017

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboraram seus pleitos, com base em fórmulas definidas nos contratos de concessão, onde consideram-se custos não gerenciáveis (parcela A), custo gerenciáveis (parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pelo fator X.

Por meio Resolução Homologatória nº 2.346, de 14 de novembro de 2017, a ANEEL aprovou o reajuste tarifário anual da CHESP em 10,27% (dez vírgula vinte e sete por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora, para o período de 22 de novembro de 2017 a 21 de novembro de 2018.

II) Revisão Tarifária Periódica - RTP

A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A próxima data-base de revisão tarifária da companhia é novembro de 2021. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

NOTA 40 - BAIXA RENDA

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu novos critérios para classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda, conforme Resoluções ANEEL nº 246 de 30 de abril de 2002 e nº 485 de 29 de agosto de 2002. Com a aplicação dos novos critérios, a Companhia apurou a Diferença Mensal de Receita homologada pela ANEEL, conforme demonstrado a seguir:

Diferença mensal de receita												2017	2016	
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Total
Valor	50	53	52	53	49	53	47	48	52	51	49	51	608	658

Esses valores foram contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2017 se apresenta no valor de R\$ 113 (2016 - R\$ 113).

NOTA 41 - OUTROS ASPECTOS REGULATÓRIOS

I) Universalização

A CHESP está totalmente universalizada em sua área urbana e rural e fornece energia a 36.250 unidades consumidoras, sendo 27.949 da classe residencial, 4.611 da classe rural, 3.047 da classe comercial e 643 das demais classes.

II) Programa PROINFA

A Lei 10.438/2002, por meio de seu Artigo 3º, instituiu o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional. Os custos concernentes à aquisição de energia gerada pelo PROINFA, incorridos pela Eletrobrás, inclusive administrativos, financeiros e tributários, serão rateados por todas as classes de consumidores, exceto os de baixa renda, cujo consumo seja igual ou inferior a 80kWh/mês. Cabe aos agentes do SIN que comercializam energia para o consumidor final e/ou recolham tarifas de uso do sistema de transmissão - TUST ou distribuição - TUSD, relativos a consumidores livres, o recolhimento à Eletrobrás, para crédito do PROINFA, do valor da cota anual em duodécimos fixados pela ANEEL. Os procedimentos para rateio dos custos desse programa constam no Decreto 5.125/04.

III) Bandeiras Tarifárias

Foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são revertidos à Conta Bandeiras e os recursos disponíveis na Conta são repassados aos agentes de distribuição, considerados os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e de exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo, e a cobertura tarifária vigente. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE é responsável pela criação e manutenção da Conta Bandeiras, cuja regulamentação foi realizada pela ANEEL por meio do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

No exercício de 2017 a Companhia faturou aos seus consumidores o montante de R\$ 2.339 mil de Bandeira Tarifária. Deste montante, após homologação pela ANEEL, R\$ 879 mil foram repassados a CCEE, R\$ 166 mil foram considerados no reajuste tarifário de 2017 como **Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"** - CVA energia e R\$ 1.294 mil continuam em aberto registrado no passivo como encargos setoriais (nota 21);

Ceres-GO, 31 de dezembro de 2017

COMPANHIA HIDROELÉTRICASÃO PATRÍCIO - CHESP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Cristina de Pina Martin Presidente	Ricardo de Pina Martin Conselheiro
Guilherme de Pina Martin Conselheiro	
Herine Sabag de Pina Conselheira	Rodolfo de Podestá Martin Conselheiro

DIRETORIA

Ricardo de Pina Martin Diretor Presidente	Jonas Borges Diretor Econômico e Financeiro
Rauffin Gonçalves de Souza Diretor Técnico-Comercial	

Vanderlei da Costa
Contabilista CRC/GO Nº007250/O-2
CPF 167.147.171-72

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos acionistas da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP
Ceres - GO
Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data e demonstração dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual, da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como

informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação do DVA. Esta demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos

usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 26 de março de 2018.

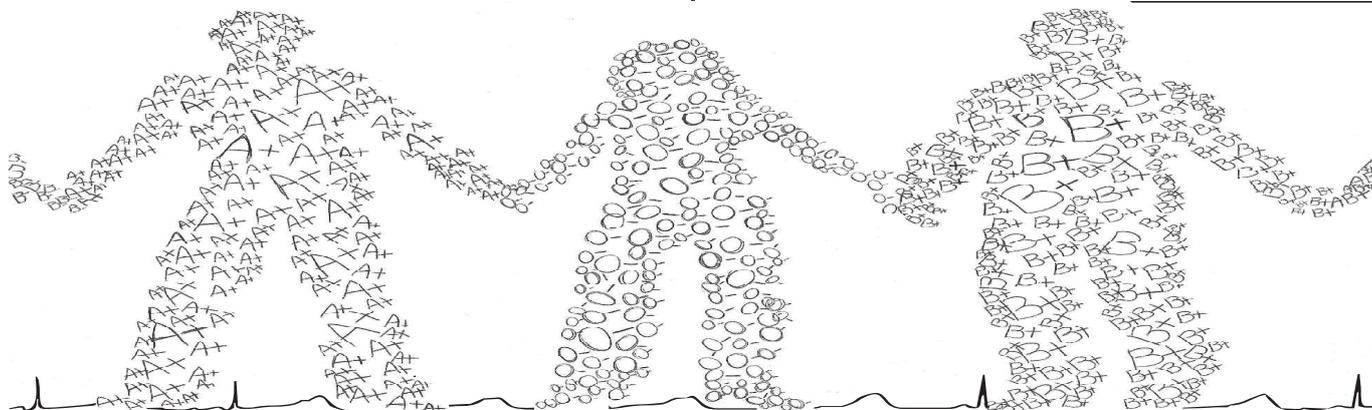
ANTÔNIO CÉSAR DA SILVA
CONTADOR CRC/RS 43890.0-9 - CNAI 1076
CPF 437477870-53

PÉGASUS AUDITORES ASSOCIADOS SS
CNPJ 06.951.205/0001-39 CVM AD 13.214/2013
CRC/RS 4.305 Protocolo 68155

FRANCISCO FERREIRA PINTO CPF: 168.760.911-04, torna público que requereu da SECIMA-GO, Licença de Exploração Florestal para uso alternativo do solo (Limpeza de Pastagem com Rendimento Lenhoso) em 490,000ha na Fazenda Macacos, (Den. Nossa Sra Aparecida), zona rural, Uruaçu- GO. ANTÔNIA FRANCISCO OZORIO, CNPJ: 166.820.841-53, torna público que requereu da SECIMA, Licença de Exploração Florestal para uso alternativo do solo (desmatamento) em 27,1935 há de Cerrado Aberto Baixo e 56,7005 ha de Limpeza em pastagem com Rendimento lenhoso

, sendo 83,8940ha na Fazenda Nossa Senhora da Abadia, zona rural, Uruaçu - GO. INÊS DE FREITAS GOMIDE, CPF Nº 870.165.246-04 torna público que requereu da SECIMA, a Licença de Corte de Guariroba na Fazenda Boa Esperança do Rocado, zona rural, município de Goiatuba -GO. ELIO PIO DE LACERDA, CPF: 253.093.231-04, torna público que requereu junto a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura de Pirenópolis/GO, a Licença de Instalação e Funcionamento para Confinamento de Bovino, situado na Fazenda Carranca-Povoado da Placa, zona rural, Pirenópolis-GO.

Protocolo 68309



**FAÇA PARTE DA
CORRENTE DO BEM.
DOE SANGUE.**

Doar sangue é um gesto de amor
que pode salvar vidas.

AGÊNCIA
BRASIL CENTRAL
abc
GOVERNO DE GOIÁS